Hora do Brasil e do Rio

14 OUT 1994

14 OUT 1994

MOZART AMARAL

Parece que o Brasil desperta de um longo sono. Os conceitos errôneos — a nosso ver — de contestação à comunidade internacional, alinhamento terceiro-mundista, congelamento de preços, manutenção de interesses corporativos e tantos outros vão, aos poucos, sendo afastados pela sociedade.

Os últimos anos foram marcados por muitos sofrimentos para a população e por calada indignação dos que não concordavam com o caminho pelo qual se queria conduzir o Brasil. A recessão reduzia a riqueza do país e tornava seu povo mais amargo. Nos centros de decisão, o que se via era a adoção de normas ultrapassadas. Parlamentares que votavam a favor de cartéis, oligopólios, altas tarifas protecionistas no comércio e repúdio ao capital estrangeiro na mineração e outras áreas enchiam o peito para ressaltar que haviam recebido notas altas que, no fundo, representavam o atraso e o corporativismo.

A Constituição de 88, embora saudada com entusiasmo por seus subscritores, já se autoflagelava veladamente, ao prever sua própria revisão em cinco anos. E, ao longo desse período, as mudanças verificadas em todo o mundo e, no Brasil, evidenciaram a necessidade de um novo texto. A frustração recente na revisão deve ser vista como um mero tropeço. Não há dúvida de que, em curtíssimo prazo, os pontos arcaicos serão revistos.

As classes empresariais, em geral, e o comércio, em particular, estão bem à vontade para propugnar pela modernização. Nos anos de experimentação heterodoxa, o comércio foi uma das principais vítimas. Enquanto a causa básica de inflação residia no crescente e desordenado déficit público, a opinião pública era bombardeada com acusações aos comerciantes, como se fossem eles os responsáveis únicos pela carestia.

Na verdade, o comércio é um dos principais agentes das leis de mercado, pois sua multiplicidade dificulta os acordos e estimula a concorrência. É bom lembrar que mesmo no regime fechado, quando a política econômica vigente impunha exorbitantes alíquotas de importação, beneficiando setores industriais, o comércio já vivia fase de concorrência plena, inclusive com redes estrangeiras de varejo, que hoje têm sua presença ainda mais acentuada.

Os problemas do Brasil só agora começam a ser resolvidos. Há que se fazer reforma fiscal, que estimule a produção e faça não só justiça social, como também privilegie estados consumidores, como o Rio, e não apenas estados produtores, como São Paulo. O Governo federal se beneficiou do atraso na análise do orçamento, mas ainda mantém máquina por demais onerosa. A Previdência carece de uma solução corajosa. O Estado tem de ser redefinido, passando a tratar mais de grandes rumos do país do que de funções diretas de produção.

O país viveu um momento importante a partir da privatização da Usiminas. Enquanto nacionalistas históricos falavam em perda da soberania nacional, outros nacionalistas — tão amantes de seu país como os primeiros — viam no fato um redirecionamento da economia nacional. Hoje, também empresas deficitárias como CSN e Cosipa começam a colher os frutos da boa gestão privada. Espera-se que o Governo — despido das funções de fiscal de altos-fornos — possa cuidar com mais atenção de tarefas básicas, como saúde, educação, previdência básica e segurança.

Com rara felicidade, o país que parecia caminhar por um caminho xiita e retrógrado adota privatizações, se conscientiza da necessidade de competir com o resto do mundo e de adotar reformas estruturais.

Espera-se que não só o Brasil, mas também o Estado do Rio de Janeiro siga o mesmo caminho desenvolvimentista. Deixe de lado velhos fantasmas e adote pragmatismo. O Rio precisa ter segurança, para estímulo ao turismo e às atividades empresariais e ainda para garantir tranqüilidade social. Precisa lutar para expandir sua indústria, melhorar sua condição de centro de produção e consumo, tentar recuperar sua condição na área financeira e se consolidar como forte pólo de comércio. E a hora é agora.

Mozart Amaral é presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Rio de Janeiro.